



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**16/11/2013**

# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. COMARCAS.....	1 - 2
1.2. DECISÕES.....	3 - 6
1.3. EVENTOS.....	7
1.4. POSSE.....	8
1.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	9
1.6. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	10
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. EVENTOS.....	11
2.2. POSSE.....	12
2.3. PRESIDÊNCIA.....	13 - 15
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. PROCESSO SELETIVO.....	16
3.2. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	17

## Mutirão

**BACURI** - A Comarca de Bacuri realizou na segunda-feira (11) o primeiro Mutirão Previdenciário. A pauta de trabalho reuniu 87 processos, entre os quais os de aposentadoria rural por idade e invalidez, auxílio-doença, amparo social a deficientes, pensão por morte, além de ações com fim de revisar o valor de benefícios anteriormente concedidos. De acordo com o juiz Marcelo Santana Farias, do total de processos constantes na pauta, 73 foram sentenciados em audiência, englobando o total de R\$ 471.350,00.

## Projetos

**PRESIDENTE DUTRA** - As inscrições para a seleção de projetos sociais seguem até o dia 6 de dezembro na 2ª Vara da Comarca de Presidente Dutra. Segundo o juiz Ferdinando Marco Gomes Serejo, titular da unidade, podem participar da seleção entidades públicas ou privadas, com comprovada finalidade social, sediadas na comarca de Presidente Dutra. Os projetos escolhidos receberão recursos financeiros arrecadados com as transações penais e prestações pecuniárias. Os projetos deverão apresentar o orçamento máximo de R\$ 4 mil.

# Prefeitura terá de comprovar auditoria em aterro sanitário

Ministério Público deu 10 dias para que o Município apresente documentos que provem a realização de auditoria ambiental no Aterro da Ribeira. **Cidades 1**

“O Ministério Público entende que a solução para os riscos causados pela concentração de urubus em decorrência do aterro da Ribeira depende da realização de uma auditoria ambiental”

**Fernando Barreto Júnior**, promotor de Meio Ambiente



# Prefeitura tem 10 dias para comprovar auditoria ambiental em aterro sanitário

Ministério Público quer saber se sentença, proferida em 2008, foi cumprida pelo Município; documentos comprobatórios devem ser encaminhados até dia 22; em caso de descumprimento, foi estipulada multa diária de R\$ 50 mil

O Ministério Público Estadual (MP) deu prazo de 10 dias para que a Prefeitura de São Luís encaminhe à instituição documentos administrativos que comprovem o cumprimento da sentença proferida em maio de 2008, que determinava a realização de auditoria ambiental no Aterro Sanitário da Ribeira. O Município tem até a sexta-feira da próxima semana, dia 22, para encaminhar os documentos. Segundo a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o aterro deve ser desativado completamente até 2014.

A decisão de encaminhamento da documentação pelo Município foi proferida na terça-feira, dia 12, pelo juiz Manoel Matos de Araujo Chaves, que está respondendo pela Vara de Interesses Difusos. Em sua decisão, ele sustentou que apesar de regularmente intimado, o Município não comprovou o efetivo cumprimento da sentença judicial, por isso decidiu acolher pedido do MP para envio dos documentos administrativos referentes à realização de auditoria ambiental no aterro.

Ele determinou ainda que caso a Prefeitura não tenha a documentação requerida, será feita a indicação dos nomes dos responsáveis pelo não cumprimento da sentença, no âmbito administra-

tivo, no período compreendido de 30 de junho a 31 de dezembro de 2012. Conforme a decisão, a administração municipal deve informar quais os estudos ambientais foram apresentados para justificar a desativação do Aterro da Ribeira, assim como a Licença Ambiental para esse fim.

O juiz Manoel Matos de Araújo Chaves pediu ainda que o Município informe que destinação e disposição terão os resíduos sólidos produzidos na cidade a partir do encerramento do Aterro da Ribeira, assim como os estudos e respectivas licenças ambientais que foram expedidas, tanto para o transporte, como para a destinação e disposição final desses resíduos. Foi estipulada multa diária no valor de R\$ 50 mil, no caso do descumprimento de quaisquer das medidas judiciais determinadas.

**Ação Civil Pública** - A sentença deferida esta semana diz respeito ao julgamento de ação civil pública promovida pelo MP em abril de 1997, contra o Município de São Luís, o Estado do Maranhão e a Coliseu, empresa responsável pela limpeza pública à época. "O Ministério Público entende que a solução para os riscos causados pela concentração de urubus em decorrência do Aterro da Ribeira depende da realização de uma

auditoria ambiental, conforme judicialmente determinada e que aponte soluções técnicas e permanentes para o caso", afirmou o promotor de Meio Ambiente, Fernando Barreto Júnior.

Em abril de 1997, em decorrência de provas obtidas em inquérito civil, o MP promoveu Ação Civil Pública (ACP) visando à reparação dos danos causados pelo licenciamento ilegal do Aterro Sanitário da Ribeira, principalmente os riscos para aviação decorrentes da concentração de urubus no cone de aproximação da Área de Segurança Aeroportuária (ASA) do Aeroporto Marechal Hugo da Cunha Machado, no Tirirical, que fica a apenas seis quilômetros do aterro.

Nessa ação, o Ministério Público sustentou diversas ilegalidades no licenciamento e na aprovação da localização do aterro sanitário, ressaltando que desde 21 de maio de 1996 a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) já noticiava riscos para a aviação civil decorrentes da concentração de urubus, um problema constante até hoje. Somente este ano, já ocorreram 23 incidentes do tipo. Número superior ao total de ocorrências do ano passado, 18 casos.

Na ACP foram feitos quatro

pedidos ao Município, entre eles a realização de auditoria ambiental como condição para a expedição de nova Licença de Operação e o atendimento à Resolução nº04/1995 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), com a adaptação do aterro de forma a "minimizar os impactos ambientais já causados e os efeitos atrativos de pássaros".

**Liminar** - O MP obteve a primeira liminar favorável, mas ela foi suspensa pela presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ). Desde então, o aterro passou a ser operado por força de liminar. A ação foi julgada procedente em 29 de maio de 2008 e na sentença foi determinada a realização da auditoria ambiental. No entanto, dessa sentença houve apelação recebida em duplo efeito, conforme decisão da 4ª Vara da Fazenda Pública em 14 de julho de 2008. Tal situação manteve o funcionamento do aterro também por liminar.

Em 24 de setembro de 2009, a 1ª Câmara Cível do TJ manteve a sentença em sua integralidade e em 6 de julho de 2010 foi determinado o cumprimento da sentença. A partir dessa data, a auditoria ambiental teria de ser realizada. Contudo, o Município de São Luís nada informou à Justiça Estadual sobre o cumprimento da sentença, o que motivou mais quatro petições do Ministério Público requerendo o cumprimento da sentença.



Biaman Prado

Município deve informar quais estudos ambientais foram feitos para justificar a desativação do Aterro da Ribeira

## Leia mais

**O Aterro da Ribeira**, localizado no Distrito Industrial de São Luís, está em operação há cerca de 15 anos e recebe aproximadamente 1,3 mil toneladas de lixo por dia. Distante cerca de sete quilômetros do aeroporto da capital maranhense, o lixão representa

riscos à segurança aeroportuária, uma vez que, no entorno do terminal, há grande concentração de urubus. Fora isso, há ainda riscos à saúde pública com o lixão ao ar livre, que representa riscos de contaminação para o ar, solo e lençóis freáticos.

## Números

**232** é o número de lixões e áreas de monturos na capital maranhense

**1.350 toneladas** são recolhidas diariamente por dia na Ilha

**1,74 kg** é a média de lixo produzido por habitante em São Luís

**R\$14,5 milhões** é o custo mensal da coleta de lixo na capital

**9,58 kg** é a média de produção de lixo por habitante na Ponta d'Areia, o bairro que produz mais lixo na capital

**Plano de manejo** - O Ministério do Meio Ambiente (MMA) estipulou o mês de agosto de 2012 como data limite para que estados e municípios entregassem seus planos de resíduos sólidos. No entanto, em São Luís não existe nenhum indício do começo de atividades de plano e ações previstas para solucionar o problema do lixo. O plano de manejo de resíduos sólidos já foi realizado. Contudo, ainda faltam ser realizadas audiências públicas, para a avaliação da proposta feita pela Prefeitura Municipal de São Luís. Sem a definição da política, o Município fica sujeito a várias penalidades civis, administrativas e criminais, além de ficar impossibilitado, por exemplo, de receber recursos da União para a limpeza urbana.

Uma das alternativas apontadas pelo poder público seria a destinação do lixo produzido em São Luís para uma Central de Tratamento de Resíduos, instalada no município de Rosário, distante 70 km de São Luís. Com isso, todo o lixo produzido na capital teria de ser transportado diariamente para a cidade vizinha, causando grandes custos com logística. Além disso, o Município de Rosário teria se negado a receber os resíduos sólidos produzidos na capital.

#### **Esmam Cultural**

A 6ª edição do projeto cultural da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) fará homenagem à data histórica de instalação da corte estadual - a terceira mais antiga do Brasil. O evento acontecerá no dia 22 de novembro, a partir das 17h, no Centro de Criatividade Odylo Costa Filho, Centro Histórico, o projeto contará com shows musicais, exposição de fotografias, poesia, artesanato, espetáculos teatrais, dentre os quais a peça "Pão com Ovo", da Santa Ignorância Companhia de Artes. A entrada é gratuita.

## Novos juízes

O desembargador Antonio Guerreiro Júnior, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), deu posse, na última terça-feira (12), aos juízes Andréa Furtado Perlmutter Lago e Flávio Roberto Ribeiro Soares, no 1º Juizado Especial Criminal de São Luís, e na 3ª Vara Criminal da Comarca de Imperatriz, respectivamente. Andréa Lago ingressou na magistratura em 1993, como juíza substituta na comarca de Imperatriz e depois Caxias. Em seguida passou por outras cidades maranhenses, e em 2010, foi promovida para a capital, como juíza auxiliar na 4ª Vara de Família. Já o juiz Flávio Roberto entrou na magistratura em 2001, como juiz substituto na comarca de Estreito, onde foi titularizado e ficou até 2004. Permaneceu em João Lisboa por mais de nove anos, até ser removido por merecimento para a 3ª Vara Criminal da comarca de Imperatriz. Aproveitamos para parabenizar os magistrados!.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL  
FORUM DESEMBARGADOR SARNEY COSTA  
Rua Professor Carlos Cunha, S/N - Calhau, 6º andar  
CEP.: 65.076-230 - São Luís - MA.  
(98) 3194-5498

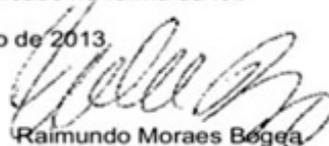
**EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**

Reg. Distribuição : 6135-94.2008.8.10.0001  
Denominação : CONDENATÓRIA  
Parte(s) Requerente(s) : J.V. DIAS FILHO  
Parte(s) Requerida(s) : METALÚRGICA PENHENSE LTDA

Citando(a) (s): METALÚRGICA PENHENSE LTDA, com endereço incerto e não sabido.

**FINALIDADE:** Citação da pessoa jurídica acima nomeada, para querendo, ofertar resposta aos termos da inicial da demanda supra caracterizada, no prazo de quinze dias, que terá início findo o lapso temporal de trinta dias indicado neste, sob as cominações de revelia e confissão. E para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente, o qual será afixado no local de costume e publicado na forma da lei.

São Luís, 30 de outubro de 2013



Raimundo Moraes Boga  
Juiz de Direito Titular da 9ª Vara Cível

# Arte e Cidadania se expande e vai para o Tocantins

Projeto é realizado pela Fundação Cultural, em parceria com a Vara da Infância e Juventude, AIL e artistas locais

**IMPERATRIZ** - O projeto Arte e Cidadania nas Escolas, idealizado pelo poeta e cantador Zeca Tocantins, já está alcançando bons resultados em Imperatriz e fora do município. A iniciativa é coordenada pela Fundação Cultural de Imperatriz (FCI), em parceria com a Vara da Infância e da Juventude e Comissariado de Menores.

Na semana passada, o projeto foi levado para o município de Governador Edison Lobão e para a Escola Estadual Bela Vista, localizada no distrito de Bela Vista, município de São Miguel do Tocantins, no estado do Tocantins.

Com uma média de 700 alunos em todos os turnos, o estabelecimento de ensino atende alunos do 6º ano do ensino fundamental ao 3º do ensino médio. Alunos e professores receberam em suas respectivas salas de aula os comissários de menores, que trataram sobre ética e cidadania, orientando-os como viver em sociedade, apontando seus direitos e deveres como cidadão ou cidadã.

"A escola protege das drogas, da prostituição e proporciona aquilo que todo pai sonha para o filho que é o ingresso na faculdade para que todos tenham uma profissão digna", destacou Delvan Tavares.

Em meio à apresentação dos alunos, a participação musical do cantor Ricardo Lima (banda Madame Lulu) e de Zeca Tocantins. Todos os professores receberam da Academia Imperatrizense de Letras (AIL) os livros *Antologia e Eu, Imperatriz*.

Zeca Tocantins garantiu que no fim do ano letivo todas

as escolas visitadas receberão um mosaico com fotos, bem como um CD que marca a passagem do projeto.

**Cidadania** - O projeto, como o próprio nome sugere, consiste em levar a arte, ética e cidadania para as escolas públicas municipais e estaduais. Desenvolvido há cerca de três anos, o Arte e Cidadania nas Escolas tem Zeca Tocantins, da FCI, como coordenador.

A Fundação Cultural de Imperatriz tem a responsabilidade de levar até as escolas músicos, cantores, escritores, poetas, artistas plásticos, como Tom Neves, que promove oficinas de pintura que tem revelado bons artistas.

A Academia Imperatrizense de Letras também tem participado do projeto, levando alguns de seus membros, os quais, em meio à festa dos estudantes, sorteia seus livros, que são autografados para os alunos premiados.

Um dos pontos mais importantes do projeto é desenvolvido pela Vara da Infância e da Juventude. O juiz titular Delvan Tavares, com comissários de menor, promovem palestras explicativas sobre ética e cidadania.

Para o magistrado, levar até crianças e adolescentes noção de cidadania é de extrema importância na sua formação moral, intelectual e profissional. "A criança quando recebe noções de cidadania é afastada das drogas e dos maus caminhos", afirmou.

O presidente da Fundação Cultural de Imperatriz, Antonio Lucena Filho, destacou que o Arte e Cidadania nas Escolas tem sido importante para os alunos.

“

Temos revelado muitos cantores, compositores, poetas, pintores, enfim, crianças e adolescentes que participam conosco das atividades culturais”

Zeca Tocantins  
Coordenador do projeto  
Arte e Cidadania nas Escolas

### **Projeto Cultural Esmam**

Música, teatro, cinema, exposição fotográfica, poesia e artes plásticas terão lugar reservado na 6ª edição do projeto cultural da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM). Com espaço para a apresentação de trabalhos artísticos de servidores e magistrados do Judiciário estadual, este ano o projeto homenageia os 200 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão com muita arte. Além da Mostra de Talentos do Judiciário, o projeto contará com o espetáculo "Pão com Ovo", da Santa Ignorância Companhia de Artes. O evento cultural é aberto à comunidade, com entrada gratuita, e será realizado no dia 22 de novembro, a partir das 17h, no Centro de Criatividade Odylo Costa, filho - Praia Grande.

## **O diretor-presidente de O Imparcial, Pedro Freire,**

ao lado do desembargador Marcelino Chaves Everton, que recebeu o diploma e a medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo, a mais alta comenda do Judiciário maranhense. A solenidade, que aconteceu na sala das sessões plenárias do Tribunal de Justiça do Maranhão, foi comandada pelo desembargador Guerreiro Júnior. A posse oficial do desembargador Marcelino já havia ocorrido desde outubro, quando o magistrado teve acesso ao cargo pelo critério de antiguidade.



Marcelino Chaves

Posse solene do desembargador Marcelino Chaves Everton na sala das sessões plenárias do Tribunal de Justiça do Maranhão

## Guerreiro e Froz Sobrinho disputam presidência do TRE-MA

O atual presidente do TJ, Guerreiro Júnior, se articula para assumir vaga na Justiça Eleitoral e depois concorrer à vaga de presidente. Porém, o atual corregedor do TRE, Froz Sobrinho, também tem chances de assumir.

**POLÍTICA3**

## JUSTIÇA ELEITORAL

# Guerreiro Júnior e Sobrinho na briga

Presidente do Tribunal de Justiça e corregedor-geral do Tribunal Regional Eleitoral são os favoritos para assumir a presidência no TRE. Nos bastidores já existe uma grande disputa pelo cargo

CLODOALDO CORRÊA

**C**aso não haja nenhuma surpresa daqui a cerca de um mês, o hoje presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, será o indicado para substituir José Bernardo Rodrigues no Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MA). A partir daí, a disputa deverá ser dura entre Guerreiro Júnior e Froz Sobrinho pela presidência da corte eleitoral.

Nos corredores do Tribunal de Justiça do Maranhão, a eleição de Guerreiro Júnior já é dada como certa, exceto se houver um movimento muito grande nas próximas semanas. No dia 19 de dezembro encerra-se o biênio de José Bernardo Rodrigues. Pelo regimento interno, 30 dias antes ele deve comunicar o TJ da vacância para que seja aberto o processo eleitoral. A presidência



Guerreiro Jr e Froz Sobrinho articulam nos bastidores eleição para presidência do TRE-MA para o biênio de 2014-2015

do Tribunal então fará a eleição antes do final do mandato de Bernardo. Foi ventilado que o próprio José Bernardo poderia buscar uma reeleição, o que foi descartado pela maioria dos interlocutores no Judiciário maranhense.

O desembargador Guerreiro Júnior confirmou a nossa reportagem que a candidatura para a vaga do TRE, mas diz que precisa garantir primeiro os votos. "Sou candidato, mas daí a ser eleito ainda falta muita coisa. Só vamos saber no dia. Ninguém pode adivinhar o que vai acontecer. Temos que esperar". Guerreiro quis falar menos ainda sobre a presidência já que, segundo ele, primeiro teria que ser eleito.

O desembargador Froz Sobrinho, que atualmente é corregedor e vice-presidente do TRE-MA, também acredita que Guerreiro Júnior deverá ser eleito para a

vaga de Zé Bernardo. Questionado sobre a presidência, Froz não negou o interesse. "Sempre o vice é automaticamente cotado para assumir a presidência no mandato seguinte. Então, acho natural que estejamos no páreo", comentou.

Se a vaga na corte é quase certa, a presidência ainda é uma incógnita inclusive porque os eleitores do presidente ainda estão sendo definidos. A nova corte do TRE que é quem elege o presidente ainda está sendo montada.

Para as duas vagas de advogados, o TJ formou duas listas tríplices. Na primeira lista foram escolhidos Eduardo Moreira, Roberto Feitosa e Adroaldo Souza. Para a segunda vaga, estão na disputa, Daniel Leite, Daniel Blume e Riod Ayoub. A escolha final ficará a cargo da presidente Dilma Rousseff (PT).



Sempre o vice é automaticamente cotado para assumir a presidência no mandato seguinte. Então, acho natural que estejamos no páreo"

**Froz Sobrinho,**  
corregedor-geral do TRE



Sou candidato, mas daí a ser eleito ainda falta muita coisa. Só vamos saber no dia"

**Guerreiro Júnior,**  
presidente do TJ-MA

Até o dia 3 de dezembro, estudantes das áreas de Direito, Ciências Contábeis e Biblioteconomia poderão se inscrever, gratuitamente, para concorrer a uma das 99 vagas destinadas ao recrutamento de estagiários para as unidades do Tribunal de Justiça do Maranhão na capital e mais cinco comarcas do interior do Estado.



As provas estão marcadas para o dia 26 de janeiro. Os candidatos deverão acompanhar a divulgação dos locais de aplicação e horários de prova no endereço [www.tjma.jus.br](http://www.tjma.jus.br), na página da Escola da Magistratura.

## Semcas realiza audiência pública na Cidade Olímpica

A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), em parceria com a 2ª Vara da Infância e da Juventude, realizou a 1ª audiência pública comunitária, no bairro da Cidade Olímpica.

O encontro, que aconteceu nas tardes de quarta (13) e quinta-feira (14), teve como objetivo a resolução de conflitos internos da U.E.B. Jornalista Ribamar Bogéa, onde aconteceu a audiência.

No primeiro dia do evento, além da exposição da realidade dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, foram oferecidas várias oficinas aos alunos, famílias, direção, professores e à comunidade sobre temas como cultura de paz, direitos humanos, violência intrafamiliar e bullying.

Na quinta-feira aconteceu a audiência pública ampliada, com a presença do secretário adjunto da Semcas, Rodrigo Desterro, do juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude, José Costa, da diretora da escola, de Jacinete Oliveira, e da representante da promotoria da Infância e Juventude, de Ana Margarida. Do encontro resultará um relatório que será entregue ao prefeito Edivaldo Holanda Júnior, ao Ministério Público e outras autoridades.